

## **ANEXO 18**

### **REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PARA A CONCESSIONÁRIA**

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE NOROESTE**

## 1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O SISTEMA EXISTENTE, o SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL e o SISTEMA REMANESCENTE TEBE, na forma definida no ANEXO 2, compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO e serão transferidos de forma integral à CONCESSIONÁRIA, nos prazos, termos e nas condições estabelecidos neste ANEXO.
  - 1.1.1. A transferência dos trechos rodoviários descritos no item 1.1, acima, à CONCESSIONÁRIA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, no caso do SISTEMA EXISTENTE e do SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL, e do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, no caso do SISTEMA REMANESCENTE TEBE, compreende tanto as vias principais quanto as auxiliares, incluindo ACESSOS, conforme descrição apresentada no ANEXO 2, as quais passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO escopo da CONCESSÃO e, portanto, deverão ser consideradas pela CONCESSIONÁRIA ao desempenhar todas as atividades e cumprir todas as obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO.
- 1.2. O disposto neste ANEXO rege a transferência do: (i) SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL em conjunto com o SISTEMA EXISTENTE para a CONCESSIONÁRIA quando da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, nos termos do item 2.1 deste ANEXO; e do (ii) SISTEMA REMANESCENTE TEBE quando do término do CONTRATO TEBE, nos termos do item 2.2 deste ANEXO, objetivando-se a transparência, a eficiência e a preservação da continuidade da prestação do serviço público, dos direitos dos USUÁRIOS e do PODER CONCEDENTE.
- 1.3. Eventuais obstáculos ao fiel cumprimento das disposições deste ANEXO, ainda que imputáveis a terceiros, não eximem a CONCESSIONÁRIA da assunção do SISTEMA EXISTENTE e do SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL à zero hora da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL e do SISTEMA REMANESCENTE TEBE à zero hora da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, observadas as disposições deste ANEXO e do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 1.4. A ARTESP deverá manter a CONCESSIONÁRIA devidamente informada e atualizada sobre todos os procedimentos envolvendo o encerramento das concessões dos SISTEMAS REMANESCENTES e sua consequente transferência para a CONCESSIONÁRIA, de modo a assegurar que a transferência ocorra de modo ordenado, eficiente, transparente e sem obstáculos.
- 1.5. A cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO referente às PRAÇAS DE PEDÁGIO localizadas nos SISTEMAS REMANESCENTES poderá ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA a partir da assunção de cada um dos SISTEMAS REMANESCENTES, devendo a receita auferida pela CONCESSIONÁRIA ser depositada na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, nos termos do APÊNDICE D.
- 1.6. A partir da assunção dos trechos que compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO, na forma disciplinada neste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as obrigações a ela atribuídas no CONTRATO e nos ANEXOS, assegurando a prestação de SERVIÇO ADEQUADO no trecho rodoviário que compõe o SISTEMA RODOVIÁRIO, mesmo que ainda não concluídas todas as etapas procedimentais estabelecidas neste ANEXO.
- 1.7. A CONCESSIONÁRIA é responsável exclusiva pelo ônus da sua omissão ou da sua inércia nas providências previstas neste ANEXO.

## **2. DOS PRAZOS PARA A TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO**

2.1. O SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL e o SISTEMA EXISTENTE deverão ser transferidos à CONCESSIONÁRIA em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, nos termos da Cláusula 6.2 do CONTRATO, por intermédio da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

2.1.1. Na hipótese de superação do prazo de previsto no item 2.1, acima, e caso este atraso supere outros 180 (cento e oitenta) dias adicionais ao prazo previsto no item 2.1, qualquer uma das PARTES poderá optar pela extinção antecipada do CONTRATO, nos termos da Cláusula 6.3, inciso i do CONTRATO.

2.2. O SISTEMA REMANESCENTE TEBE deverá ser transferido à CONCESSIONÁRIA à zero hora do dia 04/03/2025, por intermédio da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, sendo qualquer variação deste prazo, para mais ou para menos, risco do PODER CONCEDENTE, e objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

2.2.1. Fica a ARTESP obrigada a notificar a CONCESSIONÁRIA, com antecedência razoável, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias, de qualquer alteração na data prevista para a assunção do SISTEMA REMANESCENTE TEBE.

2.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá se recusar a receber antecipadamente o SISTEMA REMANESCENTE TEBE, assumindo, para com esse trecho, todas as obrigações e direitos derivados do CONTRATO e seus ANEXOS, observadas as Cláusulas 6.2.3.2 e 6.2.3.3 do CONTRATO.

## **3. DAS PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA A PARTIR DA ASSUNÇÃO DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL E DO SISTEMA EXISTENTE**

3.1. A partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 3 (três) meses para a elaboração do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO.

3.1.1. As PARTES e a ARTESP deverão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, definir a metodologia para a elaboração do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO.

3.1.2. Caso as PARTES e a ARTESP não cheguem em consenso quanto à metodologia a ser adotada para a elaboração do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, no prazo definido no item 3.1.1, acima, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar a metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE quando da elaboração dos estudos que antecederam a CONCESSÃO disponibilizados no Data Room.

3.2. O LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO terá por objetivo exclusivo a identificação de novos passivos socioambientais não indicados no APÊNDICE B.

3.2.1. Caso sejam identificados novos passivos deverá ser elaborado laudo técnico individual da evolução de cada ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- i. Localização do passivo socioambiental;
- ii. Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);

- iii. Descrição geral do tipo de passivo e da situação identificada por meio de levantamento *in loco*;
  - iv. Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
  - v. Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas do DER/SP, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
  - vi. Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
  - vii. Croqui da situação identificada e das soluções propostas para o passivo ambiental; e
  - viii. Registro fotográfico da situação observada.
- 3.3. Os apontamentos constantes do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, elaborado conforme metodologia aprovada pelas PARTES, nos termos do item 3.1.1, ou conforme metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE, na forma do item 3.1.2, constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO, desde que não constem ou decorram da lista disposta no APÊNDICE B.
- 3.4. O reequilíbrio econômico-financeiro com base no item 3.3, acima, será realizado nos termos do CONTRATO.
- 3.5. Após a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, a CONCESSIONÁRIA não terá nada mais a reclamar sobre os passivos existentes no SISTEMA RODOVIÁRIO, inclusive aqueles identificados no LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, salvo vícios ocultos, nos termos do CONTRATO.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE**

- 4.1. A partir da DATA DE ASSINATURA do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá a faculdade de participar da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO TEBE, a qual terá a competência de estabelecer as condições mínimas para entrega do SISTEMA REMANESCENTE TEBE em bom estado, com atualização adequada, nos termos do CONTRATO TEBE.
- 4.1.1. Caso a CONCESSIONÁRIA opte por participar da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO TEBE, fica desde já reconhecido que referida participação se destina apenas a permitir o acompanhamento e conhecimento prévio, pela CONCESSIONÁRIA, das condições de devolução do SISTEMA REMANESCENTE TEBE, sendo que a CONCESSIONÁRIA não terá prerrogativa de opinião ou voto em relação aos assuntos tratados no âmbito da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO TEBE.
  - 4.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manifestar seu interesse de participar da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO TEBE com antecedência máxima de 30 (trinta) dias da data prevista para a formação de referida comissão, sendo dever da ARTESP manter a CONCESSIONÁRIA devidamente informada das providências para tanto.

#### **5. DA APURAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS NO SISTEMA REMANESCENTE TEBE**

- 5.1. O RELATOR INDEPENDENTE deverá elaborar o RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE em até 6 (seis) meses contados da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, observado o disposto neste ANEXO.

- 5.2. Sem prejuízo do disposto no item 4 deste ANEXO, a partir da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, o RELATOR INDEPENDENTE deverá realizar vistoria no SISTEMA REMANESCENTE TEBE.

## **6. CONTRATAÇÃO DO RELATOR INDEPENDENTE**

- 6.1. A partir da DATA DE ASSINATURA do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA estará autorizada a iniciar as providências necessárias para a contratação do RELATOR INDEPENDENTE.

- 6.1.1. A contratação do RELATOR INDEPENDENTE deverá ser formalizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias de antecedência da data prevista para a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, conforme item 2.2.

- 6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, em até 265 (duzentos e sessenta e cinco) dias antes da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, enviar à ARTESP lista tríplice de candidatos a RELATOR INDEPENDENTE, observados os itens 6.6 e 6.7.

- 6.3. Em até 30 (trinta) dias após a apresentação da lista tríplice de candidatos, a ARTESP deverá homologar a lista ou, caso necessário, solicitar ajustes.

- 6.3.1. Na hipótese de homologação da lista tríplice, na mesma oportunidade, a ARTESP irá selecionar, por meio de sorteio, o RELATOR INDEPENDENTE a ser contratado.

- 6.3.1.1. Na hipótese de solicitação de ajustes à lista tríplice, a CONCESSIONÁRIA (i) deverá apresentar nova lista em até 15 (quinze) dias da solicitação apresentada pela ARTESP; e (ii) a ARTESP deverá realizar a homologação em até 30 (trinta) dias e, na mesma data, selecionar o RELATOR INDEPENDENTE, por meio de sorteio.

- 6.3.2. Em até 10 (dez) dias da seleção, por meio de sorteio, pela ARTESP, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a contratação do RELATOR INDEPENDENTE.

- 6.4. A formalização do contrato de prestação de serviços com o RELATOR INDEPENDENTE será feita pela CONCESSIONÁRIA, com a interveniência-anuência da ARTESP.

- 6.5. Para a elaboração da lista tríplice, a CONCESSIONÁRIA deverá elencar pessoas jurídicas de direito privado que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- 6.5.1. comprove total independência e imparcialidade face à CONCESSIONÁRIA, à ARTESP, ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA TEBE;

- 6.5.2. detenha ampla reputação técnica no mercado;

- 6.5.3. comprove experiência no setor de rodovias, notadamente na (i) apuração das condições técnicas da malha rodoviária e de levantamento de passivos ambientais; ou (ii) assessoria em processos de fiscalização e/ou avaliação de desempenho de concessionárias de rodovia, em qualquer esfera de governo; e

- 6.5.4. apresente orçamento compatível com os preços de mercado.

- 6.6. Não poderão constar da lista tríplice as pessoas jurídicas:

- 6.6.1. Impedidas ou suspensas de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

- 6.6.2. Cujos sócios ou dirigentes tenham participação direta ou indireta na administração ou no quadro societário da CONCESSIONÁRIA ou da CONCESSIONÁRIA TEBE;
- 6.6.3. Que sejam controladora, controlada, coligada ou PARTE RELACIONADA da CONCESSIONÁRIA ou de seus acionistas diretos e/ou indiretos, bem como da CONCESSIONÁRIA TEBE;
- 6.6.4. Que tenham tido vínculo com a CONCESSIONÁRIA ou com a CONCESSIONÁRIA TEBE, com suas controladoras, controladas ou coligadas, com a ARTESP ou com o PODER CONCEDENTE, ou deles ter percebido qualquer forma de remuneração, dos 12 (doze) meses precedentes à publicação do EDITAL até a data da contratação do RELATOR INDEPENDENTE; ou
- 6.6.5. Que, de alguma forma, possam ter sua independência e imparcialidade comprometidas para a execução do escopo.
- 6.7. O RELATOR INDEPENDENTE não poderá ter qualquer tipo de vínculo, nem perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses posteriores à entrega do RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, da CONCESSIONÁRIA, da CONCESSIONÁRIA TEBE, de suas controladoras, controladas ou coligadas, da ARTESP ou do PODER CONCEDENTE.
- 6.8. As orientações técnicas afetas aos requisitos para a elaboração do RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE deverão constar obrigatoriamente do contrato de prestação de serviços a ser celebrado com o RELATOR INDEPENDENTE.

## 7. ATUAÇÃO DO RELATOR INDEPENDENTE

- 7.1. A atuação do RELATOR INDEPENDENTE é exclusivamente destinada a averiguar as efetivas condições do SISTEMA REMANESCENTE TEBE, considerando (i) a listagem constante do APÊNDICE B e do APÊNDICE J; e (ii) a efetiva condição do SISTEMA REMANESCENTE TEBE no momento da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, nos termos e condições deste ANEXO.
- 7.2. O escopo da avaliação abrangerá a:
- 7.2.1. identificação de eventuais incompatibilidades e/ou insuficiências entre os investimentos previstos exclusivamente em relação ao pavimento, nos termos do APÊNDICE J, e as efetivas necessidades do SISTEMA REMANESCENTE TEBE;
- 7.2.2. identificação de eventuais incompatibilidades entre os eventuais passivos e/ou irregularidades socioambientais encontrados no SISTEMA REMANESCENTE TEBE e aqueles previstos no CONTRATO e nos ANEXOS como risco da CONCESSIONÁRIA; e
- 7.2.3. estimativa de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, considerando exclusivamente os itens acima.
- 7.3. O RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE deverá apurar os seguintes parâmetros:

Item	Parâmetros Técnicos
A	Processos Erosivos em taludes de corte e aterro
B	Assoreamento de sistema de drenagem e/ou drenagens naturais



Item	Parâmetros Técnicos
C	Ausência ou insuficiência de cobertura vegetal na faixa de domínio
D	Presença de resíduos sólidos provenientes de atividades de terceiros
E	Recuperação de Área de Preservação Permanente – APPs
F	Investigações ambientais de áreas com potencial de contaminação
G	Condição das passagens de fauna existentes
H	Presença de invasões da faixa de domínio
I	Pendências de licenciamento ambiental
J	Condição do pavimento (problemas pontuais e índices de IRI/QI e deflexão)

7.4. O RELATOR INDEPENDENTE poderá (i) realizar reuniões com representantes das PARTES e da ARTESP; (ii) fazer tantas vistorias no SISTEMA REMANESCENTE TEBE quantas entender necessárias, observado, contudo, o prazo para a emissão do RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE; e (iii) realizar os estudos técnicos necessários para a investigação contratada, inclusive sondagens e perfurações.

7.4.1. Caso entenda pertinente e a seu exclusivo critério, o RELATOR INDEPENDENTE poderá ter acesso aos relatórios produzidos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO TEBE, devidamente aprovados pelo Conselho Diretor da ARTESP.

7.5. As PARTES e a ARTESP poderão indicar até 2 (dois) representantes para acompanhar o RELATOR INDEPENDENTE e fazer constar eventuais observações que entenderem pertinentes, garantida a independência e a imparcialidade do RELATOR INDEPENDENTE.

7.6. Fica expressamente vedada qualquer comunicação separada, por qualquer uma das PARTES e da ARTESP, com o RELATOR INDEPENDENTE, sendo certo que toda e qualquer forma de comunicação com o RELATOR INDEPENDENTE apenas poderá ocorrer na presença física ou virtual de representantes de ambas as PARTES e da ARTESP.

7.7. No prazo indicado no item 5.1, o RELATOR INDEPENDENTE deverá apresentar às PARTES e à ARTESP o RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE.

7.7.1. O RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE deverá ser assinado por profissionais comprovadamente credenciados na entidade correlata às não conformidades identificadas, sob sua responsabilidade técnica.

7.7.2. O RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE deverá conter: (i) descrição e numeração da não conformidade, observado o escopo do item 7.3, (ii) informações básicas de localização (rodovia, pista, quilômetro, coordenadas geográficas); (iii) justificativa técnica para o apontamento da não conformidade; e (iv) classificação conforme a natureza do evento.

7.7.3. O RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE deverá apontar, ainda, (i) todas as inconsistências observadas que possam impactar o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO nos termos exigidos no CONTRATO, especialmente a indicação daqueles que não serão passíveis de atendimento até a conclusão da adequação das não conformidades e (ii) prazo razoável para a adequação das não conformidades e consequente atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO.

7.7.3.1. O prazo para adequação das não conformidades não poderá superar 12 (meses).

7.7.4. Para os itens constantes da alínea “j” da tabela constante do item 7.3, o RELATOR INDEPENDENTE deverá, obrigatoriamente, adotar a metodologia considerada pelo PODER CONCEDENTE nos estudos que antecederam a CONCESSÃO, notadamente o software HDM-4.

7.7.5. Especificamente em relação aos passivos ambientais elencados nas alíneas “A” a “G” da tabela constante do item 7.3, na eventualidade de se identificar novos passivos, deverá ser elaborado laudo técnico individual de cada evolução da ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- i. localização do passivo ambiental;
- ii. caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
- iii. descrição geral do tipo de passivo e da situação identificada por meio de levantamento *in loco*;
- iv. análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
- v. resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas do DER/SP, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
- vi. apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
- vii. croqui da situação identificada e da solução proposta para o passivo ambiental; e
- viii. registro fotográfico da situação observada.

7.7.6. Para fins da alínea “l” da tabela constante do item 7.3, não serão consideradas como EVENTO DE DESEQUILÍBRIO em favor da CONCESSIONÁRIA as invasões da FAIXA DE DOMÍNIO que comprovadamente tenham sido realizadas após a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE.

7.8. A partir do recebimento do RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, as PARTES e a ARTESP terão 30 (trinta) dias para encaminhar ao RELATOR INDEPENDENTE eventuais comentários acerca de seu conteúdo para apreciação do RELATOR INDEPENDENTE.

7.9. Em 15 (quinze) dias, o RELATOR INDEPENDENTE emitirá o RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE implementando os comentários que entender pertinentes.



- 7.10. O RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE representará a posição final do RELATOR INDEPENDENTE, mas não vinculará as PARTES e a ARTESP, podendo eventual discordância de qualquer das PARTES em relação à decisão da ARTESP ser questionada por qualquer dos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.

## **8. RESULTADO DO RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE**

- 8.1. As não conformidades indicadas no RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, quando aprovadas pela ARTESP, constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO em favor da CONCESSIONÁRIA desde que não constem da listagem constante do APÊNDICE B ou do APÊNDICE J.
- 8.2. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor da CONCESSIONÁRIA deverá ser concluída no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da aprovação, pela ARTESP, da versão final do RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE.
- 8.2.1. A ARTESP deverá avaliar a versão final do RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.3. Nos termos do APÊNDICE D, o reequilíbrio econômico-financeiro com base no item 8.1 será realizado por intermédio da transferência dos recursos depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO.
- 8.3.1. Caso os recursos depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO não sejam suficientes, o reequilíbrio deverá ocorrer preferencialmente na modalidade indicada na Cláusula 23.1, inciso ii, do CONTRATO.
- 8.4. Após a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a CONCESSIONÁRIA não terá nada mais a reclamar sobre o SISTEMA REMANESCENTE TEBE em relação ao escopo do RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, salvo vícios ocultos.

## **9. DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO E SEUS EFEITOS**

- 9.1. As não conformidades que constem, conforme o caso, do APÊNDICE B ou do APÊNDICE J, no que se refere ao SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO e ao SISTEMA REMANESCENTE TEBE, deverão ser corrigidas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos e condições constantes do CONTRATO e ANEXOS, e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.
- 9.2. Nos casos de incorreções ou falhas identificadas (i) na versão aprovada do RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE e/ou (ii) na versão aprovada do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, que atendam aos termos e às condições deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA será obrigada a realizar as respectivas correções após determinação da ARTESP, configurando EVENTO DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.
- 9.3. Para os vícios ocultos identificados posteriormente à assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL ou do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, desde que dentro do período de garantia de 6 (seis) anos prevista no CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL ou no CONTRATO TEBE, respectivamente, a CONCESSIONÁRIA desde já anui com eventual decisão da ARTESP de determinar a execução pela CONCESSIONÁRIA TRIÂNGULO DO SOL ou pela CONCESSIONÁRIA TEBE, nos termos do CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL ou do CONTRATO TEBE, conforme o caso, para as devidas reparações, sob supervisão e mediante aprovação dos projetos pela CONCESSIONÁRIA juntamente com a ARTESP.

## **10. DAS FUNÇÕES DE OPERAÇÃO E DOS PROJETOS DE ENGENHARIA**

- 10.1. A operação do SISTEMA RODOVIÁRIO deverá estar plenamente padronizada em toda a sua extensão em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE.

## **11. INVENTÁRIO**

- 11.1. O RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE e o LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO e demais documentos, produzidos, respectivamente, pelo RELATOR INDEPENDENTE e pela CONCESSIONÁRIA, integram os INVENTÁRIOS, os quais deverão ser mantidos atualizados, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. A ARTESP, com base no RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, observando, no mínimo, as recomendações das versões aprovadas do RELATOR INDEPENDENTE, nos termos do item 7.7.3 e do item 7.7.3.1, e do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, deverá elaborar cronograma para a adequação de todas as não conformidades apontadas.
- 12.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá sofrer ônus, tais como penalidades contratuais e deduções referentes à mensuração de INDICADORES DE DESEMPENHO, diretamente decorrentes das incorreções constatadas no âmbito (i) da versão aprovada do RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE e (ii) da versão aprovada do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, até que se encerre o prazo estipulado no cronograma estabelecido nos termos do item 12.1, acima.
- 12.3. Este ANEXO não afasta o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA em caso de identificação de vício oculto posteriormente à conclusão do RELATÓRIO FINAL DAS DIVERGÊNCIAS DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE e do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, garantido o acionamento da garantia de obras civis previsto na legislação vigente e nas cláusulas do CONTRATO TRIÂNGULO DO SOL e do CONTRATO TEBE, nos termos do item 9.3.